

Pactuingá

ANO V - Nº 49 - Janeiro/Fevereiro 2001

fotec/PR

CUT Brasil

CNB Brasil

Jornal dos bancários das regiões de Paranavai, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo, Umuarama, Guarapuava, Goioerê, Cianorte e Maringá

O Brasil de 2001

Teremos mais empregos? Sairão as reformas sindical, tributária e fiscal? Quantos bancários terminarão o ano no Itaú/Banestado?

Ao contrário de Mãe Diná, que previa e não acontecia, a mirar-se pela maneira como FHC administra o país, o Pactuingá tem condições de prever os acontecimentos nas áreas social, política e econômica no Brasil em 2001.

Páginas 4 e 5



**FHC
dificulta a
aposentadoria
complementar**

PÁGINA 2

**Escola
incentiva a
leitura através
da poesia**

PÁGINA 6

**Promotores desvendam a
corrupção. FHC não gosta**

PÁGINA 6



Placar mostra número de demissões no Banestado/Itaú

**O previsto
aconteceu**

**Lerner doou
o Banestado,
o dinheiro
sumiu e as
demissões já
começaram**

PÁGINA 3

Intervenção e ataque aos fundos de pensão

Quem pensava que a capacidade do governo FHC de oferecer presentes de grego aos trabalhadores havia se esgotado, enganou-se redondamente. Aproveitando-se do clima de festas de fim de ano, o Conselho de Gestão da Previdência Privada reuniu-se quase na surdina e baixou duas resoluções que caíram como uma bomba para os participantes dos fundos de pensão.

A grande novidade é que os participantes dos fundos vão ter que esperar mais tempo para se aposentar. O conselho aproveitou a resolução que "recomenda" a elevação progressiva da idade mínima para a aposentadoria pelo regime de previdência complementar, que atualmente é de 55 anos.

De acordo com a medida, a partir de 2001 seriam acrescidos seis meses a cada ano, até 2010, quando a idade mínima para

requerer o benefício seria de 60 anos. Isto significa que a partir do ano que vem o trabalhador precisaria ter 55 anos e seis meses para se aposentar. Em 2002 só poderia se aposentar que tivesse 56 anos e assim sucessivamente até 2010.

Para o trabalhador que tem fundo de pensão com plano de benefício definido (sabe quanto vai receber) o golpe é ainda mais duro. Para ele, a progressividade se estenderia durante os próximos 20 anos, quando a idade mínima seria de 65 anos.

E tem mais: o aumento da idade mínima para se aposentar vale tanto para os novos participantes quanto para os atuais, e também não faz distinção de gênero, ou seja, atinge homens e mulheres. Essa nova artimanha de FHC atinge em cheio principalmente a categoria dos bancários.



Para Sérgio Rosa e Erik Persson, diretores eleitos da Previ, a medida de FHC "é vergonhosa"

Intervenção truculenta na Previ

O casuísmo e a truculência do governo FHC também ficaram explícitos nos episódios de intervenção na Previ.

FHC pretende impor, com o auxílio da direção do Banco do Brasil, a implantação da paridade de contribuição através do regime I x I. Isso significa redução de 50% nas contribuições do banco.

A medida vem junto com a intenção do governo e do BB, de apropriarem-se de dois terços das reservas hoje existentes no plano, o que poderia representar alguns bilhões de reais e que o banco classifica indevidamente de superávit.

O governo FHC vive tentando encontrar um jeito de livrar-se das dívidas que tem com os fundos, relativas às contribuições ainda não efetivadas daqueles trabalhadores que, antes da associação aos fundos, tinham suas aposentadorias sob inteira responsabilidade das empresas. Sem contar que também está sempre tentando tapar os rombos criados em muitos fundos pela administração incompetente e desonesta de muitos dirigentes nomeados pelo próprio

governo. Portanto, se há desmandos, desvio ou corrupção, a responsabilidade é exclusiva de quem fez as nomeações.

Agora, o governo utiliza a emenda constitucional nº 20 (Reforma da Previdência) para intervir, nomeando interventores que apresentem apenas uma diferença em relação aos presidentes: não têm que dar satisfação alguma aos conselhos curadores dos fundos.

Ou seja, trata-se de substituir fantoches por ditadores, mas o objetivo principal fica mantido: manipular o imenso patrimônio dos fundos em proveito dos interesses do governo e de alguns empresários próximos ao poder. Por isso, além de descabida e antidemocrática, a intervenção na Previ é mais uma afronta de FHC e da direção do banco aos associados da Previ e aos funcionários do BB.

Além de descabida e antidemocrática, a intervenção na Previ é mais uma afronta de FHC e da direção do banco aos funcionários do BB...

AÇÕES -As associações dos funcionários do BB de alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, já entraram na Justiça com ação contra a Previ e o BB, para garantir que o BB continue a bancar duas partes das contribuições do fundo. Também preparam ações judiciais para impedir a ampliação da idade mínima para a aposentadoria complementar.

VISÃO DA CUT

Para a Central Única dos Trabalhadores e sindicatos filiados, as informações e os números divulgados pelo governo sobre os fundos de pensão são irrealistas. As informações de que vários fundos de pensão estão com déficit não vêm acompanhadas da denúncia de quem esteve gerindo, nem o modelo de gestão de cada um deles, uma vez que quem esteve gerenciando anos a fio foram pessoas indicadas pelo próprio governo.

Para a CUT, a decisão do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, dá curso a um ataque disseminado contra os direitos dos trabalhadores que possuem fundos de pensão. De uma só vez, intervém em diversos fundos e altera de forma ditatorial a idade mínima para usufruto do benefício, ferindo direitos adquiridos.

Ainda para a CUT, por trás desta manobra dita moralizadora há, na verdade, a intenção de utilizar os recursos poupados pelos trabalhadores para atender a interesses que não são dos fundos.

Vale lembrar que com a alteração da idade mínima para começar a receber a complementação da aposentadoria, muitas dívidas do governo com os fundos se tornaram créditos, com reversão de recursos para a patrocinadora desses fundos, que em última instância será o próprio governo federal. Tudo isto, outra vez, acabando com direitos sociais.

Lerner e Itaú mentiram

O Itaú tem mostrado toda a sua intransigência nas negociações com os representantes dos funcionários do Banestado. Apresentou uma proposta confusa, insuficiente e que deixa bem clara a intenção de intensificar o processo de demissões, iniciado pouco depois de assumir o controle acionário do Banestado. O Itaú nem mesmo aceitou discutir a proposta do movimento sindical, de garantia de emprego por 18 meses. Até agora, entre office boys e bancários, foram demitidos mais de 600 trabalhadores entre em todo o Estado. E o processo continua ao mesmo tempo em que aumenta a tensão entre os funcionários. O novo contralador do Banestado anunciou ainda que vai fechar as 30 agências que o Banco possui fora do Paraná. Ou seja, são mais de 300 funcionários com seu



Manifestação no Banestado em Umuarama mostra o Placar do Desemprego no Itaú/Banestado. Já são mais de 600 demissões

emprego em risco. Os sindicatos do Pactuingá não apenas participam das negociações com o Itaú como, principalmente, estão empenhados em atividades contra as arbitrariedades praticadas pela direção da empresa em prejuízo dos funcionários do Banestado. No último dia 17, os sindicatos de bancários

da CUT lançaram nas principais cidades do Paraná o "Placar do Desemprego". É uma forma de mostrar à população a pior consequência da privatização, além de provar que o governador Jaime Lerner mentiu ao afirmar que a venda do Banestado era necessária para preservar

empregos e conseguir recursos para investimentos sociais. Na base do Pactuingá, o Seeb Umuarama inaugurou o "Placar do Desemprego" e, em Toledo, o Seeb veiculou cerca de 300 vinhetas nas principais emissoras de rádio da região, denunciando as demissões no Itaú/Banestado.

PACTUINGÁ

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do PACTUINGÁ

CONSELHO EDITORIAL:

PARANAVÁI: Neil E. Júnior - fone (0xx44) 423-3402 - e-mail: seebpvat@fornet.com.br

CAMPO MOURÃO: Nivaldo Simoni - fone (0xx44) 523-3492 - e-mail: seebcmcut@start.com.br

TOLEDO: Zelario Bremm - fone (0xx45) 252-1851 - e-mail: sbtr@toledonet.com.br

UMUARAMA/ASSIS

CHATEAUBRIAND: Wilson de Souza - fone (0xx44) 622-1979 e-mail: seebumu@fenixnet.com.br

GUARAPUAVA: João Osmar Rodrigues - fone (0xx42) 723-1371 e-mail: seebpgva@almix.psi.br

MARINGÁ - MOB

(Movimento de Oposição Bancária) Fone (0xx44) 226-5520 Ozilva ou Sebastião

Jornalista: Joel Guedes Tiragem: 2.500 exemplares

CEF

ABONO COM DESCONTO

Os resultados das últimas campanhas salariais, principalmente na CEF e no BB, têm mostrado que quando a Contec, o TST e as direções desses bancos se unem, o resultado é o pior possível para os trabalhadores. O desfecho da campanha de 2000 dos empregados da CEF foi no Tribunal Superior do trabalho (TST), por conta do dissídio ajuizado pela Contec, que resultou apenas num mísero abono de R\$ 1.200,00. Mas a afronta aos funcionários é ainda maior: a maioria dos empregados da CEF está pagando Imposto de Renda sobre o abono. Alguns vão pular da faixa de incidência, sendo "premiados" com um desconto maior. O IR está sendo cobrado em quatro parcelas: dezembro, janeiro, fevereiro e março.

BRADESCO

SAÚDE ZERO

Os funcionários do Bradesco vêm enfrentando dificuldades com o plano de saúde oferecido pelo banco. É cada vez mais limitado o número de médicos que atendem pelo plano. A dificuldade aumenta mais quando o funcionário necessita de tratamento especializado. Na região de Umuarama, conforme o Pactuingá apurou, só três médicos estão atendendo. Até agora o Bradesco não apresentou uma explicação plausível. Enquanto isso, muitos funcionários se obrigam a realizar longas viagens em busca de atendimento.

Unibanco muda plano de saúde e ferra os empregados

Os funcionários do Unibanco foram surpreendidos, neste início de ano, com mudanças substanciais no plano de saúde da empresa.

Alegando necessidade de se adequar aos aumentos de custos de serviços médicos e ter maior controle com médicos, hospitais e laboratórios, o Unibanco, além de reajustar os valores do plano de saúde dos funcionários, descredenciou 80% da rede de atendimento em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Nos demais municípios, os beneficiários do plano passarão a utilizar a Unimed.

Pela nova tabela divulgada pelo banco, quem utilizava o Unibanco AIG Saúde e pagava R\$ 8,00 no plano básico, com teto de R\$ 25,00 e R\$ 17,00 no plano especial sem teto, paga agora respectivamente R\$ 30,00 no básico por usuário/sem teto e R\$ 55,12 no especial por usuário.

Além disso, não está no contrato o atendimento a acidente de trabalho, como por exemplo nos casos da LER/DORT.

Na avaliação movimento sindical, o Unibanco mais uma vez mostra sua intransigência e desrespeito com os seus funcionários. Vários sindicatos de bancários da CUT já preparam ações a serem apresentadas à Justiça contra o Unibanco. Também estão previstas manifestações e paralisações caso o banco não volte atrás na decisão, que viola o contrato do plano de saúde dos funcionários.

2001, o que se pod

ECONOMIA

O século 21 abre-se à sombra de grande agitação na economia mundial. A redução surpresa da taxa anual de juros dos Estados Unidos materializou mudanças que já vinham sendo previstas por muitos economistas, face à desaceleração da economia americana refletida no aumento do desemprego e baixa na produção e no consumo.

Há quem considera a redução dos juros americanos irrelevante à economia mundial e até benéfica, em alguns aspectos, às chamadas economias periféricas (como Argentina, Brasil, México e outros). Também há os que opinam que com a medida os americanos organizam condicionam a economia global às suas necessidades. Nesse caso, é péssimo para os países pobres e endividados, principalmente o Brasil.

Se a redução dos juros é mesmo uma estratégia para salvar a própria pele da economia americana, a perspectiva é que 2001 seja ainda mais caótico que o ano passado.

O consumidor brasileiro torce por um 2001 com inflação baixa e mais emprego



As eleições dos futuros Deputados e do Senado Federal estão no foco das atenções políticas no momento.

Muitos interesses se escondem por trás desse pleito. O governo FHC, que precisa de amplo apoio do Congresso para tocar as reformas liberais, mobiliza sua escuderia para garantir que os partidos aliados continuem presidindo as duas "Casas".

A disputa por enquanto envolve os próprios partidos governistas, principalmente o PFL, o PSDB e parte do PMDB, além do PPS. Apesar das farras (como a acirrada briga entre Azeiteiro e Collor), quem quer que seja o vencedor certamente defenderá os interesses do governo, como a oposição, que ainda é

Sintoma da dependência

Que efeito isso poderá trazer aos países que vivem à sombra da economia americana? Entre esses países, o Brasil é um dos que se apresentam com a pior situação.

Nos últimos anos, o governo FHC seguiu as recomendações do FMI. FHC ignorou as advertências da oposição e do movimento sindical e recorreu a sucessivos empréstimos internacionais para salvar o real, tirou dinheiro de setores essenciais para pagar juros da dívida externa e ampliou o processo de abertura do mercado ao capital externo e manteve a privatização de empresas – muitas delas estratégicas para o país.

Em 2001, o ponto de partida é a constatação de que a política econômica deve se manter no mesmo rumo: tocar a interminável agenda de reformas liberais cobradas pelo FMI. Alguns economistas temem que, com a redução dos juros americanos, o FMI venha impor metas ainda maiores.

Se isso acontecer o governo FHC, sob a batuta do grande capital, seguirá na transferência da renda nacional via pagamento da dívida externa, através das privatizações e arrocho salarial. Também prosseguirá com a canibalização da área pública e avançará a desregulamentação das relações sociais e econômicas, a extensão da jornada de trabalho e a prostituição das condições de trabalho.

Portanto, se os governos dos Estados Unidos e dos demais países ricos conseguirem evitar uma freada mais brusca e tumultuada da economia internacional, pode-se prever que, no Brasil, será possível repetir o crescimento medíocre de 2000, talvez baixando um pouco mais a inflação e cumprir, em linhas gerais, o "roteiro" prometido pelo governo.

Isso será "vendido" à opinião pública como um grande sucesso, quando na realidade será um desempenho pífio, totalmente insuficiente para reduzir as mazelas sociais. Assim, do ponto de vista estrutural e social, mais uma vez teremos andado para trás.

Poderia ser melhor...

...se o governo FHC tivesse ouvido os conselhos da oposição. Os partidos de esquerda, a CUT e movimentos populares desde o início têm manifestado preocupação e alertado FHC sobre o perigo da submissão do país às exigências do FMI. Sem contar que em recente plebiscito, a população também foi contra o pagamento da dívida externa com juros escorchantes em detrimento de investimentos sociais (como geração de empregos, por exemplo).

e esperar?

POLÍTICA

antes da Câmara dos
ogramadas para fevereiro,

nha, mas mantém-se distante da discussão.

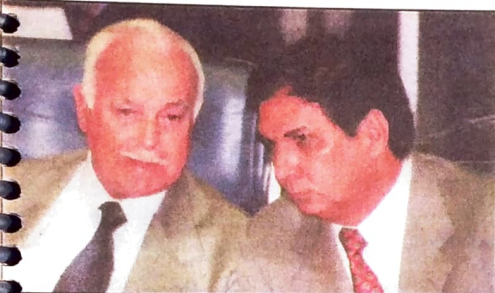
Há, porém, outras questões importantes na agenda

política de 2001. Os partidos de oposição devem lutar pela realização das reformas política, sindical, fiscal e tributária e para tanto têm vários projetos encaminhados.

A reforma fiscal e tributária, se bem feita, será de fundamental importância para, por exemplo, dar sustentabilidade financeira às administrações estaduais e municipais agora submetidas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os dilemas entre as responsabilidades sociais e as responsabilidades

fiscais serão mais um teste político e ideológico para os governos municipais. Principalmente os da oposição, que poderão abrir caminho para soluções democráticas e populares, apoiados no orçamento participativo, ou cair nas armadilhas das chamadas prioridades do equilíbrio fiscal.



Senadores ACM (PFL) e Jader Barbalho (PMDB): disputa pelo poder envolve insultos e troca de acusações

ovocadas pela disputa
e Jader Barbalho), qual-
te continuará atrelado aos
no últimos anos.
na no Congresso, acompa-

Lutas bancárias

O movimento sindical bancário volta suas atenções principalmente para as questões envolvendo os funcionários do Banestado, face às recentes negociações com o novo controlador do banco.

As primeiras demissões ocorreram ainda em dezembro de 2000 e o Itaú tem se recusado sistematicamente em dar garantias de emprego. Por isso, a luta contra as demissões e pela manutenção de direitos deverá ser uma das prioridades no decorrer de 2001.

Os sindicatos do Pactuingá também têm essa preocupação e acompanham as negociações com o Itaú. Também estão preparados para os diversos congressos, encontros e demais preparativos para a campanha salarial deste ano, que não será nada fácil.

O movimento sindical em 2001

A luta do movimento sindical deverá ser ainda maior em 2001. Uma das bandeiras mais importantes a serem levantadas pelos sindicatos da CUT e outras centrais de trabalhadores, relaciona-se com a reforma das organizações sindicais. Os partidos de oposição deverão resgatar a discussão do projeto que há muito tempo encontra-se arquivado no Congresso Nacional.

É de se esperar que FHC tente manobras junto à sua bancada governista para aprovar uma reforma sindical desfavorável aos trabalhadores. Além de defender a flexibilização da jornada de trabalho, outra proposta do governo é criar o sindicato por empresas, o que fragmenta ainda mais a organização dos trabalhadores pois dobra o número de sindicatos (que hoje são em torno de 20 mil) e diminui mais o poder de intervenção. O projeto de FHC também mantém as taxas compulsórias e não acaba com a contribuição confederativa.

O Projeto da CUT prevê uma organização sindical que democratize as relações de trabalho e resolva a maioria dos conflitos trabalhistas no local de trabalho.

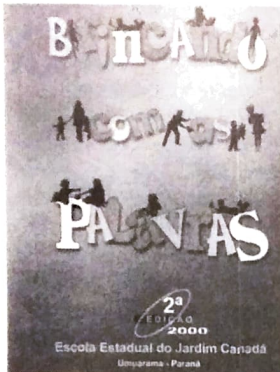
O projeto cutista tem como principais pontos a implementação do sindicato nacional por ramo de atividade, contrato coletivo, OLT's (Organização nos Locais de Trabalho), redução da jornada de trabalho com manutenção dos salários, o fim das taxas compulsórias e o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho. Esse projeto da CUT deverá ser tomado como base para a oposição ao do governo na reforma sindical.



Em breve a campanha salarial estará aberta. No Paraná, além de lutar pelos direitos da categoria, como aumento de salários e manutenção de conquistas, o movimento sindical tem outra tarefa difícil: vai tentar evitar demissões em massa no Banestado, pelo Itaú

CONTOS E POESIAS

“Brincando com as Palavras” incentiva adolescentes à poesia



Capa do livro “Brincando com as palavras” - 2ª edição

Numa das últimas edições de 2000, o Pactuingá lembrou o pouco incentivo oferecido àquelas pessoas que estão iniciando nas artes, principalmente cronistas, contistas e poetas. Também lembrou o difícil caminho ao reconhecimento des-

ses artistas, face ao grande número de pessoas que não tem acesso à leitura, seja por desinteresse próprio ou pela falta de recursos.

Entretanto, um projeto que vem sendo desenvolvido já há dois anos pela direção, professores e alunos da Escola Estadual do Jardim Canadá, em Umuarama, mostra que é possível inverter essa realidade.

Pelo segundo ano consecutivo a Escola lançou, no final de 2000, o livro “Brincando com as

palavras”. É uma coletânea de poesias e crônicas escritas pelos alunos de 5ª a 8ª série do estabelecimento. A diretora da Escola, Nelci Teresinha Bellio Soares, contou com apoio de professores, orientadora, supervisora, secretária e até dos auxiliares de serviços gerais da Escola para colocar em prática o projeto. Mas ela conta que o que mais incentivou foi o interesse dos alunos pela poesia.

Os textos foram escritos durante o ano letivo, sempre com base em datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher, Independência do Brasil, Dia Internacional contra a Discriminação dos Negros, entre outras

A princípio o objetivo era possibilitar ao aluno ler, escrever, criar e trabalhar a sonoridade das palavras. A iniciativa deu certo e hoje faz parte do projeto pedagógico da Escola. E o que é melhor, para que isso fosse possível, a direção do estabelecimento conta com o apoio de diversas empresas privadas de Umuarama. Um exemplo que, se seguido, além de incentivar a leitura entre crianças e adolescentes, poderá ajudar a formar futuros grandes poetas, cronistas e contistas. Ao lado, três trabalhos divulgados na segunda edição do livro “Brincando com as palavras”:

População Brasileira

Povo que luta contra o desemprego
E contra o mau sossego.
Que luta contra a fome
E contra a corrupção do homem.
O que fazer com esse país
Que está muito infeliz?
Nosso povo morando na favela
E poderosos desfilando nas passarelas.

Luciano da Silva Teixeira
(14 anos) 6ª série

Mulher

Mulher que antigamente
Não podia usar a mente.
Submissa, maltratada.
Judiada, desrespeitada
Mas sempre educada.
Hoje é independente
Valorizada e inteligente.
Mulher especial
Carinhosa, genial.
Que lutou por um mundo igual.

Adriano Augusto Marin (15 anos) 8ª série

Até quando Brasil?

Brasil terra sofrida
Nação subdesenvolvida
Que vive de leis desconhecidas
Brasil amigo, irmão,
Companheiro, que recebe
Gente do mundo inteiro
Brasil de gente bonita
Onde a natureza habita.
Brasil que o povo precisa organizar
Que precisa de brasileiros
Para defender seus direitos
Brasil de políticos que pedem voto
A quem não sabe votar
Brasil que sustenta gente
Que ganha sem trabalhar
Enquanto os que trabalham
Fome certamente vão passar.

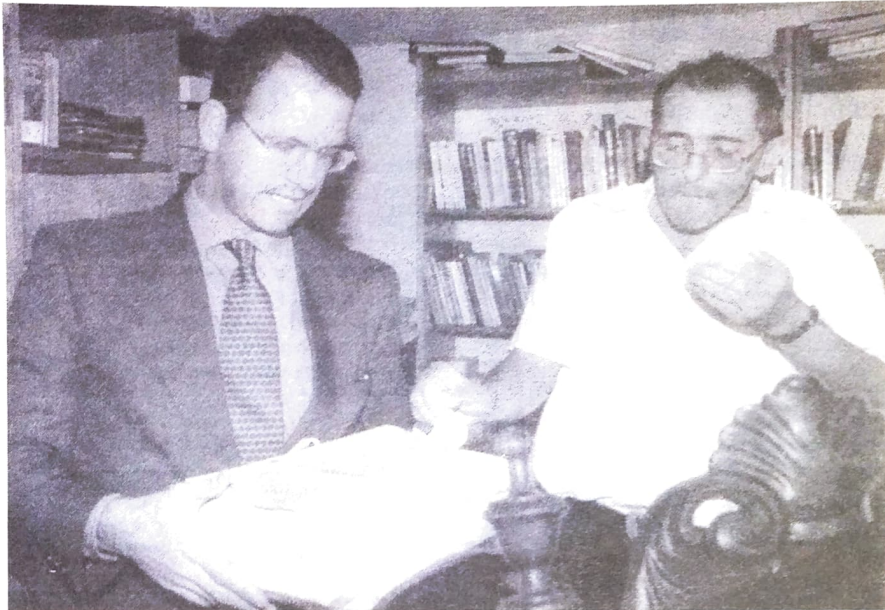
Edineia Pessin (16 anos) 8ª série

Você conhece a Rede Solidarietà?

É uma das ações da CUT para ajudar o trabalhador. A Rede Solidarietà atua em parceria com diversas empresas e cooperativas, na busca de conquistar benefícios para os trabalhadores filiados aos sindicatos. Essa Rede mantém uma farmácia virtual, que vende medicamentos a preço de fábrica. O benefício é muito grande para o trabalhador que precisa fazer uso contínuo de medicamentos e gasta uma enorme quantia para manter sua saúde. São vários sindicatos que somam 50.000 sindicalizados, ou seja 150 mil consumidores, fator que proporciona uma barganha maior nas negociações por melhores benefícios. Se você gostou do projeto e pretende se beneficiar dele, comprar algum medicamento ou obter mais informações, ligue para a Rede Solidarietà. O telefone é (0**41) 322-1458.

Medida contra procuradores facilita corrupção no país

Nos últimos anos, o Brasil avançou de forma significativa contra a corrupção que se alastrou país a fora. Em muitos casos em que políticos, policiais e até juiz corrupto foram punidos, foi de grande valia o trabalho do Ministério Público. Alguns promotores ficaram conhecidos pelo bom trabalho em processos contra corruptos de várias espécies. É o caso, por exemplo, do promotor Luiz Francisco de Souza que denunciou e ajudou a revelar as falcatruas praticadas pelo juiz Nicolau e o senador cassado Luiz Estevão (que, aliás, deveriam estar numa penitenciária pagando pelo crime que praticaram). Há outros casos em que a atuação de promotores foi fundamental para revelar esquemas de corrupção, narcotráfico e lavagem de dinheiro em todo o país. Além do juiz Lalau, um dos casos que mais repercutiram recentemente no país foi o que envolveu o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, que teve a participação de vereadores num grande esquema de corrupção. No Paraná há vários exemplos. Um deles foi o processo envolvendo o ex-prefeito de Londrina, Antonio Belinati, cassado depois de comprovada a corrupção praticada na prefeitura. Em Maringá, a atuação do Ministério Público foi imprescindível no encaminhamento de denúncias de desvio de verbas públicas, cujo processo resultou na prisão de dois acusados, um deles ex-secretário municipal. Na base do Pactuingá têm ainda os casos envolvendo os ex-prefeitos de Pérola e Altônia, cassados por corrupção na prefeitura, depois de um bom trabalho dos



Os promotores Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb, que denunciaram vários esquemas de corrupção, como a do juiz Nicolau e do ex-senador Luiz Estevão, são agora alvos de FHC

promotores da Comarca. Em resumo, se a corrupção é um mal de difícil solução, sem a atuação do Ministério Público fica pior ainda. E pode ficar mesmo. Depois de tentar, sem sucesso, aprovar a "Lei da Mordaza", o governo FHC editou medida provisória que prevê punições para servidores públicos que abrirem investigação sem o objetivo de fundamento, isto é, sem provas. A medida, que inibe a ação dos promotores de Justiça, mina o trabalho do Ministério Público contra a corrupção e aumenta a impunidade no país. Pelas circunstâncias em que foi editada, a medida de FHC mais parece uma forma de vingança contra o Ministério Público,

mesmo diante da enorme exigência da sociedade pelo fim da corrupção e da impunidade do país. O desconforto de FHC com as ações dos promotores de Justiça ficou evidente quando os procuradores acionaram os ministros que usaram jatinhos da FAB para viagens de férias. Um caso mais recente, e que irritou mais o presidente, foi a ação que envolveu o filho de FHC, Paulo Henrique, acusado de improbidade no uso de verbas públicas ao coordenar o estande brasileiro na Feira de Hannover (Alemanha). E a situação piorou quando o Ministério Público resolveu investigar a atuação da Agência Brasileira de Informação

FHC impõe sua vontade pela força da medida provisória, para calar o Ministério Público...

(Abin). Mas a gota d'água foi a afirmação de promotores de que há no país uma "corrupção estrutural" e que o governo é "provedor de riscos". Isso comprova as muitas denúncias da oposição, de que desde o começo o governo FHC tem sobrevivido sob "esquemas". E agora FHC impõe sua vontade pela força da medida provisória, para calar o Ministério Público e impedir que a sociedade tome conhecimento do que pode ser mais um escândalo desse governo: a medida provisória que inibe a ação do Ministério Público vem à sombra de novas e mais graves denúncias envolvendo o esquema de compra de votos que garantiram a reeleição de FHC em 1998. Isso mostra que, além de antidemocrático, esse governo ainda tem muito o que explicar.

CUT é contra a proposta de FHC para o FGTS

A Central Única dos Trabalhadores já definiu posição de não aceitar a proposta que vem sendo analisada pelo Ministério do Trabalho para corrigir em 68% as contas do FGTS. O governo FHC quer usar uma manobra que mexe no bolso do trabalhador para repor as perdas por conta dos expurgos inflacionários dos planos econômicos Verão (1989) e Collor (1990).

O projeto em análise pelo governo prevê o aumento da contribuição ao FGTS pelas empresas de 8% para 8,5% sobre a folha de salários. E o percentual de depósitos nas contas dos trabalhadores deveria cair dos 8% para 7,5%.

Essa é mais uma manobra neoliberal de FHC. Pela proposta em discussão, nem o governo e nem os patrões pagarão nada. Toda a responsabilidade, mais uma vez, vai ser repassada para o trabalhador.

Ó abre alas...

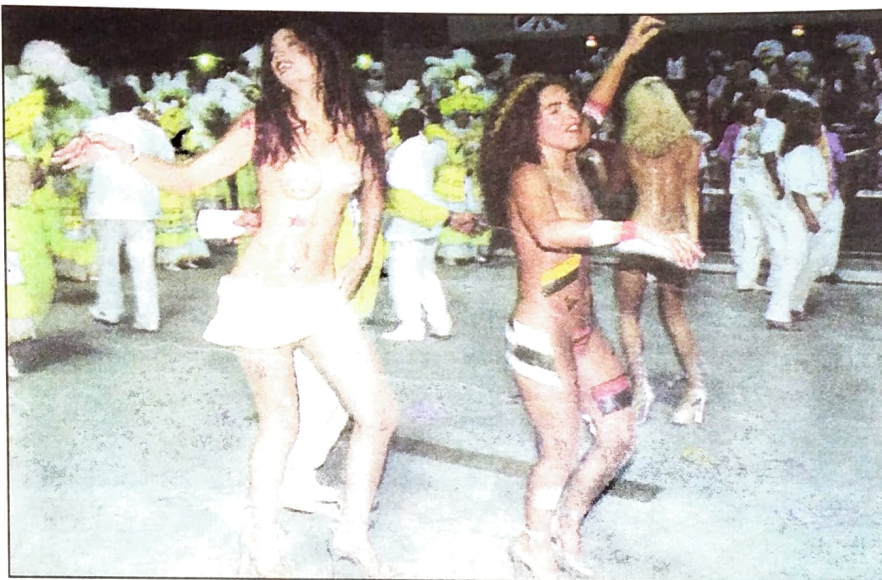
Segundo definição genérica, o carnaval é uma festa popular coletiva, que foi transmitida oralmente através dos séculos, como herança das festas pagãs realizadas a 17 de dezembro (Saturnais - em honra a deus Saturno na mitologia grega.) e 15 de fevereiro (Lupercais - em honra a Deus Pã, na Roma Antiga.). Na verdade, não se sabe ao certo qual a origem do carnaval, assim como a origem do nome, que continua sendo polêmica.

Alguns estudiosos afirmam que a comemoração do carnaval tem suas raízes em alguma festa primitiva, de caráter orgiaco, realizada em honra do ressurgimento da primavera. De fato, em certos rituais agrários da Antigüidade, 10 mil anos A.C., homens e mulheres pintavam seus rostos e corpos, deixando-se enlevar pela dança, pela festa e pela embriaguez.

Outros autores acreditam que o carnaval tenha se iniciado nas alegres festas do Egito. É bem verdade que os egípcios festejavam o culto a Ísis há 2000 anos A.C.

Em Roma, realizavam-se danças em homenagem a Deus Pã (as chamadas Lupercais) e a Baco (ou Dionísio para os gregos). Rituais Dionisíacos ou Bacanaís.

No início da Era Cristã, a igreja deu nova orientação a essas festividades, punindo severamente os abusos. Entretanto, se o Catolicismo não adotou o carnaval, suportou-o com certa tolerância, já que a fixação do período momeasco gira em torno de datas predefinidas pela própria igreja. Tudo indica que foi nesse período que se deu a anexação



ao calendário religioso, pois o carnaval antecede a Quaresma. É uma festa de características pagãs que termina em penitência, na dor de quarta-feira de Cinzas.

Originariamente os cristãos começavam as comemorações do carnaval em 25 de dezembro, compreendendo os festejos do Natal, do Ano Novo e de Reis, onde predominavam jogos e disfarces. Na Gália, tantos foram os excessos que Roma o proibiu por muito tempo.

Na França, o carnaval resistiu até mesmo à Revolução Francesa e voltou a renascer com vigor na época do Romantismo, entre 1830 e 1850. Manifestação artística onde prevalecia a ordem e a elegância, com seus bailes e desfiles alegóricos, o carnaval europeu iria desaparecer aos poucos na Europa, em fins do século XIX e começo do século XX.

A ORIGEM DO TERMO
Assim como a origem do

carnaval, as raízes do termo também têm se constituído em objeto de discussão. Para uns, o vocábulo advém da expressão latina "carrum novalis" (carro naval), uma espécie de carro alegórico em forma de barco, com o qual os romanos inauguravam suas comemorações. Apesar de ser foneticamente aceitável, a expressão é refutada por diversos pesquisadores, sob a alegação de que esta não possui fundamento histórico. Para outros, a palavra seria derivada da expressão do latim "carnem levare", modificada depois para "carne, vale !" (adeus, carne!), palavra originada entre os séculos XI e XII que designava a quarta-feira de cinzas e anunciava a supressão da carne devido à Quaresma. Provavelmente vem também daí a denominação "Dias Gordos", onde a ordem é transgredida e os abusos tolerados, em contraposição ao jejum e à abstenção total do período vindouro (Dias Magros da Quaresma).

A MARCHINHA

A primeira música feita exclusivamente para o carnaval constituindo-se num marco para a história cultural brasileira. Foi a marcha "Ó abre alas", da maestrina Chiquinha Gonzaga, composta em 1899. Esta marcha animou o carnaval carioca por três anos consecutivos e é até hoje conhecida pelo grande público.

Da música "Ó abre alas" aos sucessos carnavalescos de hoje, muitos foram os caminhos percorridos pelos gêneros musicais, até predominarem definitivamente o samba e a marchinha como ritmos prediletos.

O CARNAVAL BRASILEIRO

A origem do carnaval brasileiro é totalmente européia. Como afirma a escritora Maria Isaura Pereira de Queirós, a comemoração carnavalesca data do início da colonização, sendo uma herança do entrudo (nome do carnaval lusitano) português e das mascaradas italianas. Somente muitos anos mais tarde, no início do século XX, foram acrescentados os elementos africanos, que contribuíram de forma definitiva para o seu desenvolvimento e originalidade. Tanto em Portugal, como no Brasil, o carnaval não se assemelhava de forma alguma aos festejos da Itália Renascentista; era uma brincadeira de rua muitas vezes violenta, onde se cometia todo tipo de abusos e atrocidades. Era comum os escravos molharem-se uns aos outros, usando ovos, farinha de trigo, polvilho, cal, goma, laranja podre, restos de comida, enquanto as famílias brancas divertiam-se em suas casas derramando baldes de água suja em passantes desavisados, "num clima de quebra consentida de extrema rigidez da família patriarcal". Foi esse carnaval mais ou menos selvagem que desembarcou no Brasil com as primeiras caravelas portuguesas e os primeiros foliões. Com o passar do tempo e devido a insistentes protestos, o entrudo civilizou-se, adquiriu maior graça e leveza, substituindo as substâncias nitidamente grosseiras por outras menos comprometedoras, como os limões de cheiro (pequenas esferas de cera cheias de água perfumada) ou como os frascos de borracha ou bisnagas cheias de vinho, vinagre ou groselha. Estas últimas foram as precursoras dos lança-perfumes introduzidos em 1885.